



ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. Introdução ao Documento

O presente Termo de Referência - TR tem por finalidade estabelecer as condições, especificações técnicas e obrigações para a contratação, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, de Instituição Financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Este documento detalha o objeto, justifica a necessidade da contratação e define as exigências mínimas de qualificação técnica e econômica que a futura contratada deverá atender, servindo como base para a formulação das propostas e, posteriormente, para a execução e fiscalização do contrato administrativo.

2. Condições Gerais da Contratação

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Instituição Financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para a Cessão Onerosa, mediante a outorga da Exclusividade, para a Gestão e o Processamento Centralizado e Integral da Folha de Pagamento dos servidores públicos (ativos, inativos e pensionistas) do Município de Tapiraí/MG.**

2.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

2.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do Contrato, sendo vedada qualquer prorrogação, tendo em vista tratar-se de contrato que gera receita para a Administração, conforme dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

2.4. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. Aplicabilidade do Tratamento Diferenciado da Lei Complementar n.º 123/2006

3.1. Para o objeto deste Termo de Referência, e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), registra-se a **inaplicabilidade** do tratamento diferenciado e simplificado previsto no art. 48, incisos I (licitação exclusiva) e III (cota reservada), com base nas seguintes justificativas, conforme faculta o **Art. 49, incisos II e III, da referida Lei Complementar:**

3.1.1. Inexistência de Mínimo de Fornecedores (Art. 49, II): Durante os procedimentos de elaboração da pesquisa de mercado e do Termo de Referência, não foi identificado o mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos, do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem na classificação de ME, EPP e/ou equiparadas e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

3.1.2. Não Vantajosidade e Prejuízo ao Objeto (Art. 49, III): A aplicação do tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não se mostrou vantajoso para a Administração Pública, e pode representar prejuízo ao conjunto ou



complexo do objeto a ser contratado, contrariando os princípios da economicidade, da racionalização processual e da agilidade necessária ao atendimento pretendido.

3.2. Os dados referentes ao objeto (especificação, quantitativo e valor estimado), apurados no Estudo Técnico Preliminar, estão dispostas na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Mínimo
1	Contratação de Instituição Financeira, devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para a Cessão Onerosa, mediante a outorga da Exclusividade, para a Gestão e o Processamento Centralizado e Integral da Folha de Pagamento dos servidores públicos (ativos, inativos e pensionistas) do Município de Tapiraí/MG, pelo período de 60 (sessenta) meses .	Serviço	1	R\$ 50.516,67
Valor Total Mínimo para lance				R\$ 50.516,67

4. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

4.1. A Fundamentação da Contratação e seu quantitativo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. A presente contratação é essencial e estratégica para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração, visando a cessão onerosa e exclusiva dos serviços bancários de pagamento da folha de remuneração dos seus servidores (ativos, inativos e pensionistas) da Administração Direta do Município de Tapiraí/MG.

4.3. Por conveniência administrativa e em busca da máxima eficiência, o objetivo é centralizar a prestação e o gerenciamento desses serviços em uma única Instituição Financeira contratada. Essa centralização é fundamental para o atendimento rigoroso às normativas vigentes, em especial à Resolução CMN n.º 5.058/2022 (que rege a conta-salário), e para garantir a segurança e a eficácia das operações financeiras de crédito dos vencimentos, dado o expressivo volume de recursos movimentados.

4.4. Em observância aos princípios da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preconiza o art. 11, I, da Lei n.º 14.133/2021, o procedimento licitatório escolhido será a Cessão Onerosa e Exclusiva do direito de processamento da folha, pelo critério de Maior Lance ou Oferta (Art. 34 da Lei n.º 14.133/2021).

4.5. A escolha por este procedimento licitatório se justifica plenamente pela:

4.5.1. Geração de Receita Pública: Viabiliza a exploração econômico-financeira da folha de pagamento pela instituição vencedora, assegurando a obtenção da máxima receita para o Tesouro Municipal, uma vez que o valor do lance vencedor será revertido integralmente ao erário.

4.5.2. Viabilidade e Ausência de Despesa: A solução, amplamente adotada pelo Poder Público, tem plena viabilidade técnica e operacional e, mais importante, não resultará em nenhum encargo ou despesa para o Município, configurando-se como um contrato gerador de receita.

4.6. A não efetivação ou o atraso na contratação da Instituição Financeira para a gestão exclusiva da folha de pagamento do Município de Tapiraí/MG acarretará os seguintes riscos e prejuízos diretos:

4.6.1. Risco de Descontinuidade e Insegurança Social: A ausência de um contrato vigente e adequado pode levar à interrupção ou atraso no pagamento da remuneração dos servidores (ativos, inativos e pensionistas). Isso gera insegurança social, desmotivação do corpo funcional e risco de questionamentos judiciais por parte dos servidores.

4.6.2. Prejuízo Orçamentário Imediato: O principal objetivo desta licitação é a geração de receita



pública (Maior Lance). A não realização ou o atraso do certame implica a perda da oportunidade de auferir a receita que seria integralmente revertida ao Tesouro Municipal, impactando negativamente o equilíbrio e o planejamento fiscal do Município para o exercício.

4.6.3. Ineficiência na Gestão Financeira: A falta de centralização em uma única instituição financeira dificulta a fiscalização, o controle de pagamentos e a conciliação bancária por parte da Secretaria Municipal de Administração, gerando custos de transação indiretos e riscos de erros operacionais no processamento da folha.

4.6.4. Descumprimento de Normativos: A falta de formalização adequada pode expor o Município a riscos de descumprimento das normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional, notadamente a Resolução CMN n.º 5.058/2022, sujeitando a Administração a sanções ou questionamentos de órgãos de controle.

4.7. Em síntese, a contratação da Cessão Onerosa da folha de pagamento representa a solução técnica e econômica mais vantajosa para o interesse público. O procedimento atende rigorosamente aos princípios do Art. 5º da Lei n.º 14.133/2021 (em especial legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e economicidade), ao conciliar a segurança na centralização do processamento bancário com a máxima geração de receita para o Município de Tapiraí/MG por meio da concorrência entre Instituições Financeiras.

5. Descrição da Solução como um todo

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares apêndice deste Termo de Referência.

5.2. A contratação de Instituição Bancária para gerenciamento da folha de pagamento dos servidores do município de Tapiraí/MG será realizada na modalidade **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, com Critério de Julgamento de **Maior Lance ou Oferta**, e adoção da Estratégia Contratual de **Cessão Onerosa de Exclusividade da Folha**, baseando nos seguintes pilares:

5.2.1. Economicidade e Receita Pública: O modelo de Cessão Onerosa é o único que transforma a exclusividade da folha de pagamento em receita extraordinária (o bônus de outorga), alinhando-se ao princípio da economicidade.

5.2.2. Competitividade e Vantajosidade: O uso do Pregão Eletrônico garante a máxima publicidade e atrai todos os perfis de licitantes (Grandes Bancos Públicos e Privados, e Cooperativas). Essa disputa acirrada resulta historicamente no maior valor de outorga.

5.2.3. Segurança Jurídica: O Pregão Eletrônico por Maior Oferta tem sido amplamente aceito e chancelado pelos órgãos de controle para esta finalidade, combinando a segurança do certame público com a celeridade e eficiência do rito do pregão, tendo amparo legal, integralmente, na Lei Federal n.º 14.133/2021.

6. Requisitos da Contratação

6.1. Dos Critérios de Sustentabilidade

6.1.1. Exige-se os critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, e nos demais termos deste Termo de Referência.

6.1.2. Para mitigar o impacto e promover a responsabilidade social corporativa (ESG) da instituição vencedora, deve-se incluir os seguintes requisitos que incentivem:



6.1.2.1. Digitalização e Desmaterialização: Exigir que a instituição priorize o uso de canais digitais (internet banking, aplicativos) para serviços e comunicações, reduzindo o uso de papel (extratos, contracheques).

6.1.2.2. Eficiência Energética: Incluir a exigência de que a instituição adote medidas de eficiência energética em suas agências e postos de atendimento no município ou que comprove a utilização de fontes de energia renovável em suas operações.

6.1.2.3. Gerenciamento de Resíduos: Requisitar a comprovação de um programa de descarte adequado de resíduos tecnológicos (lixo eletrônico) e materiais de escritório gerados em suas operações.

6.2. Da Subcontratação

6.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.3. Da Garantia

6.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista que o pagamento será efetuado pela Instituição Financeira vencedora, ao contratante, em parcela única e integral.

6.4. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento Estratégico do Órgão:

6.4.1. A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, haja visto que o Município, até o momento não consolidou a elaboração deste instrumento de planejamento.

6.4.2. Todavia, a demanda está em conformidade com o planejamento orçamentário vigente e com as necessidades prioritárias da Administração.

6.4.3. Ressalta-se a importância de registrar expressamente a inexistência do PCA, conforme recomenda o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de modo a conferir transparência e segurança jurídica ao processo. Assim, embora não prevista formalmente no PCA, a contratação ora estudada encontra-se alinhada às diretrizes administrativas e às prioridades do Município, atendendo à finalidade pública de assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

7. Justificativa do Valor Mínimo de Admissibilidade da Contrapartida Financeira para o Gerenciamento e Processamento da Folha de Pagamento

7.1. A presente contratação, cujo critério de julgamento será o **Maior Preço** (outorga), visa a cessão onerosa do direito de exploração, com exclusividade, do processamento e gerenciamento dos créditos da folha de pagamento dos servidores, ativos, inativos e pensionistas do Município de Tapirái/MG. Esta concessão é reconhecidamente um ativo de valor econômico para a Administração, conforme consolidado na jurisprudência dos Tribunais de Contas.

7.2. Para atender aos princípios da economicidade e da vantajosidade, bem como o disposto no art. 23, § 1º, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o valor mínimo de admissibilidade da contrapartida financeira (outorga) deve ser fundamentado em estudo técnico e em pesquisa de mercado que reflita o valor real da exclusividade concedida.

7.3. Embora a portabilidade salarial seja um direito dos servidores (Resolução CMN n.º 3.402/2006), o interesse das instituições financeiras na prestação deste serviço permanece elevado. Este interesse reside nos significativos ganhos indiretos proporcionados pela exclusividade, tais como:

7.3.1. Acesso Massivo e de Baixo Custo a Clientes: Geração imediata de um grande volume de contas-salário e, por conversão, contas-correntes, com baixo custo de aquisição.



7.3.2. Potencial de Venda Cruzada: Acesso a clientes com renda estável e comprovada, o que facilita a oferta de produtos de alta rentabilidade e baixo risco, notadamente o crédito consignado, além de seguros, consórcios e cartões de crédito.

7.3.3. Fidelização: A Administração cede a base inicial de clientes, permitindo que a instituição atue rapidamente na segmentação e fidelização, oferecendo vantagens competitivas (taxas e juros menores) que superam a mera conta-salário.

7.4. A precificação do valor mínimo de outorga foi determinada mediante Pesquisa de Preços, que buscou aferir o valor adequado e praticado em certames similares. Para tanto, o Município de Tapiraí/MG utilizou como critério a análise de contratações de folhas de pagamento em outros órgãos, através de consulta ao Banco de Preços, no período recente.

7.5. O detalhamento da metodologia de cálculo e o resultado desta pesquisa, que gerou o **Valor Mínimo de Admissibilidade de R\$ 50.516,67 (cinquenta mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)**, estão anexos a este Termo de Referência, garantindo a transparência e a vantajosidade da contratação.

8. Do Prazo e das Condições de Pagamento da Contrapartida Financeira (Outorga)

8.1. O pagamento do valor total da contrapartida financeira (outorga), homologado como lance vencedor da licitação, deverá ser efetuado pela CONTRATADA em **parcela única**, por meio de depósito bancário ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), em conta indicada pela Secretaria de Administração, cuja titularidade seja o Município de Tapiraí/MG.

8.2. O valor deverá ser liquidado e o comprovante da transação entregue à Secretaria de Administração no prazo máximo e improrrogável de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

8.3. O descumprimento do prazo estabelecido no item 8.2 sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da outorga, até o limite de 10% (dez por cento) do valor. Sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e no contrato, o atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a rescisão unilateral do Contrato, nos termos da lei.

8.4. O valor da outorga será classificado como Receita de Capital ou Receita Patrimonial do Município, conforme as normas contábeis aplicáveis.

9. Valor Estimado da Contratação

9.1. A planilha de pesquisa de estimativa do valor mínimo que será registrado, no importe de **R\$ 50.516,67 (cinquenta mil quinhentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme planilha constante neste Termo de Referência.

9.2. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

9.3. Os custos estimados foram apurados a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com **base em média aritmética saneada**, após pesquisa de preços com:

9.3.1. Fonte de Preços disponível no endereço eletrônico: <https://www.bancodeprecos.com.br/>

9.4. Critério de Julgamento e Condição de Aceitabilidade da Proposta



9.4.1. O critério de julgamento adotado para esta licitação é o de **Maior Oferta** ou **Maior Preço** (outorga), em conformidade com o disposto no art. 33, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4.2. Somente serão consideradas aceitáveis as propostas que atenderem, cumulativamente, às seguintes condições:

9.4.2.1. Oferecerem valor para a contrapartida financeira (outorga) igual ou superior ao Valor Mínimo de Admissibilidade estabelecido neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

9.4.2.2. Resultarem no maior valor final de outorga após a fase de lances, prevalecendo-se, para fins de classificação, o maior preço total ofertado pela instituição financeira ao Município.

10. Da Obrigação de Manutenção e/ou Instalação da Rede de Atendimento

10.1. A Instituição Financeira vencedora deverá assegurar o adequado e eficiente atendimento presencial aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município, por meio de uma Agência ou Posto de Atendimento Bancário (PAB) instalado no Município de Tapiraí/MG.

10.2. Caso a Instituição Financeira CONTRATADA não possua, na data da assinatura do Contrato, um Ponto de Atendimento Bancário (PAB) ou Agência Física devidamente registrado no Banco Central do Brasil no Município de Tapiraí/MG, ela se obriga a:

10.2.1. Instalar, no mínimo, 01 (um) Posto de Atendimento Bancário (PAB) na Sede do Município, em local de fácil acesso à população e aos servidores.

10.2.2. Concluir a instalação e iniciar a operação do PAB no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

10.2.3. As instalações deverão seguir os padrões de segurança e ambientação da CONTRATADA, incluindo equipamentos e número de funcionários suficientes para o atendimento da demanda, evitando filas e transtornos aos servidores.

10.3. O horário de funcionamento do Ponto de Atendimento Bancário (PAB) e os serviços essenciais a serem prestados deverão observar, no mínimo, o disposto nas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em especial quanto à vedação de cobrança de tarifas pela prestação dos serviços essenciais.

10.4. A inobservância do prazo estabelecido para a instalação ou o funcionamento inadequado do Ponto de Atendimento implicará a aplicação de multa diária e outras sanções contratuais e administrativas.

11. Condições de Execução e Especificação do Objeto

Caracterização e Dimensionamento da Massa Salarial

11.1. Para fins de avaliação do potencial econômico do objeto e para subsidiar a formulação da proposta de contrapartida financeira (outorga) pela Instituição Licitante, a Administração Municipal apresenta o detalhamento da massa salarial de seus beneficiários.

11.2. Os dados a seguir representam valores médios consolidados e estimativas referentes à folha de pagamento do funcionalismo do Município de Tapiraí/MG (ativos, inativos, pensionistas e demais vínculos remuneratórios), considerando os valores brutos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

Renda mensal	Categoria do Servidor			
	Servidores Ativos (Efetivos)	Servidores Ativos (Comissionados)	Estagiários	Aposentados/Pensionistas
Até R\$1.553,20	-	-	3	-
R\$1.553,21 à R\$7.000,00	90	170	-	11
A partir de R\$7.000,01	1	4	-	-
Soma das quantidades atuais	91	174	3	11
Valor Bruto mensal (R\$)	R\$ 328.967,62	R\$ 469.271,92	R\$ 4.554,00	R\$ 36.975,35

Fonte: Dados da Folha de Pagamento referente ao mês de setembro de 2025 do Município de Tapiraí/MG.

11.3. Para uma análise integral do potencial do negócio da contratação, todas as informações complementares, detalhes técnicos e as premissas utilizadas no dimensionamento da folha de pagamento e na avaliação da demanda dos serviços estão integralmente dispostas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), anexo a este Termo de Referência, o qual possui caráter vinculante e deve ser consultado pela Licitante para a elaboração de sua proposta.

11.4. O Município de Tapiraí/MG e a Instituição Financeira CONTRATADA providenciarão, de forma conjunta e coordenada, a abertura e/ou manutenção das Contas Salário em nome de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como estagiários ou qualquer pessoa física com vínculo remuneratório com o CONTRATANTE, para a operacionalização do sistema de pagamento.

11.5. O serviço bancário e de atendimento deverá ser prestado em âmbito nacional, garantindo aos beneficiários a plena fruição de todos os serviços essenciais onde quer que se encontrem.

11.6. O crédito de salários, vencimentos, subsídios, proventos, pensões, 13º (décimo terceiro) salário, quaisquer gratificações e demais valores remuneratórios será realizado de acordo com o calendário e o cronograma de processamento e envio de arquivos definidos pela Secretaria de Administração do Município de Tapiraí/MG.

11.7. Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente, por intermédio de crédito nas Contas Salário, sendo facultada ao beneficiário a portabilidade ou a conversão para conta corrente, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

11.8. A execução dos serviços deverá observar, de forma irrestrita, todas as normas do Sistema Financeiro Nacional, em especial a Resolução CMN nº 3.402/2006 e as Circulares correlatas do Banco Central do Brasil (BACEN), que disciplinam a Conta Salário e a Portabilidade de Vencimentos, bem como o previsto neste Termo de Referência.

11.9. O Município estará integralmente isento de toda e qualquer cobrança de tarifa, taxa, cesta de serviços, comissão ou similar decorrente, direta ou indiretamente, do gerenciamento e processamento desta folha de pagamento.

11.10. A exclusividade concedida refere-se unicamente à centralização, processamento e gerenciamento dos créditos da folha de pagamento do Município de Tapiraí/MG, a serem creditados, em primeira instância, nas Contas Salário de seus beneficiários.

11.11. A concessão de empréstimos, produtos de crédito e financiamentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas do Município de Tapiraí/MG, mediante consignação em folha de pagamento ou não, **não constitui exclusividade** da CONTRATADA.

12. Procedimentos Gerais de Prestação dos Serviços de Processamento da Folha de Pagamento



Implantação e Capilaridade

12.1. Instituição Financeira deverá iniciar a operacionalização do processamento da folha de pagamento no prazo máximo e improrrogável de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da publicação do extrato do Contrato.

12.1.1. O prazo estabelecido no *caput* somente poderá ser prorrogado em caso de comprovada e exclusiva omissão ou impedimento formal por parte do Município que impeça totalmente o início dos serviços, devidamente justificado.

12.2. Caso a Contratada não possua Agência ou Ponto de Atendimento Bancário (PAB) no Município de Tapiraí/MG na data da assinatura do Contrato, deverá providenciar sua instalação e abertura no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação do extrato do Contrato. A manutenção das instalações será às suas expensas, operando nos critérios e horário fixados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

12.3. A Instituição Financeira não poderá recusar, sob qualquer pretexto, a abertura das Contas Salário aos beneficiários indicados pelo Município, salvo restrições formais e fundamentadas do BACEN, sob pena de sanções e, se for o caso, rescisão contratual.

Escopo e Cesta de Serviços

12.4. Entende-se por beneficiário o servidor público (ativo, inativo, contratado, efetivo ou comissionado), pensionista, estagiário e qualquer pessoa física que mantenha ou venha a manter vínculo remuneratório com o Município. O pagamento abrange vencimentos, salários, subsídios, proventos, pensões, 13º salário e quaisquer complementos ou gratificações.

12.5. A Instituição Financeira deverá oferecer aos beneficiários do Município, de forma irrestrita e **sem cobrança de tarifas**, os serviços essenciais inerentes à Conta Salário, conforme regulamentação do BACEN. A gratuidade deverá compreender, no mínimo, os seguintes produtos/serviços:

12.5.1. Abertura e manutenção de Conta Salário;

12.5.2. Transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;

12.5.3. Saques, totais ou parciais, dos créditos (mínimo de 5 saques por evento de crédito);

12.5.4. 02 (duas) consultas mensais de saldo e 02 (dois) extratos mensais contendo a movimentação dos últimos 30 dias, emitidos em terminais de autoatendimento e/ou guichê de caixa;

12.5.5. Fornecimento e manutenção de cartão magnético na função débito.

12.6. Será fornecido gratuitamente cartão magnético na função débito, sendo vedada a oferta vinculada de cartão na função crédito e ressalvados os casos previstos na regulamentação do BACEN (Resolução nº 3.402/2006).

12.7. O MUNICÍPIO estará integralmente isento de toda e qualquer cobrança de tarifa, taxa, cesta de serviços, comissão ou similar decorrente, direta ou indiretamente, do gerenciamento e processamento desta folha de pagamento.

Fluxo de Processamento e Pagamento

Fluxo de Recursos e Crédito:

12.8. O Município transferirá os recursos financeiros referentes ao pagamento dos beneficiários com antecedência de **24 (vinte e quatro) horas da data oficial de pagamento**.

12.9. A Contratada deverá efetuar o crédito nas contas dos beneficiários no **prazo máximo de 01 (um) dia útil** após a efetiva transferência dos recursos pelo Município.



12.10. O Município enviará os arquivos de remessa, via sistema seguro, com antecedência de **01 (um) dia útil** da data de pagamento, exigindo-se **recibo de entrega imediato** (confirmação do valor total e quantidade de registros), autenticado pela Instituição Financeira.

12.11. A Contratada realizará a validação dos arquivos e informará eventuais inconsistências (relatório) no **primeiro dia útil** após o recebimento. O arquivo mensal de retorno (confirmação de pagamentos/estornos) deverá ser disponibilizado em até **01 (um) dia útil** após a data oficial de pagamento.

12.12. O pagamento de todas as remunerações será realizado de acordo com o calendário definido pelo Município.

Requisitos de Plataforma Digital e Segurança

12.13. A Instituição Financeira disponibilizará, às suas expensas, uma plataforma de transmissão e processamento de dados que atenda aos padrões de segurança e tecnologia da informação do Município, devendo:

12.13.1. Substituição de Arquivos: Prever rotina para substituição de arquivos (retificação) em caso de erro, com campo de informação sobre o motivo da substituição, competência e dados do servidor.

12.13.2. Cumprimento de Ordens Judiciais: Possibilitar a execução de rotinas específicas para atendimento de bloqueios, depósitos judiciais ou pagamentos a terceiros, sem despesas para o Município e não cabendo indenização ou ressarcimento à Instituição Financeira.

12.13.3. Bloqueios/Desbloqueios: Garantir a operacionalização de bloqueios e desbloqueios de crédito solicitados pelo Município de forma on-line e imediata, sendo a responsabilidade pelo ato de bloqueio/desbloqueio exclusiva do Município.

12.14. Na Conta Salário será depositado o montante líquido dos créditos relativos ao pagamento dos beneficiários, e nela serão creditados, ainda, os recursos oriundos das remunerações e benefícios bloqueados e/ou estornados.

Consignação em Folha de Pagamento

12.15. Regime de Consignação em Folha de Pagamento:

12.15.1. Não Exclusividade: A concessão de empréstimos e produtos de crédito com consignação em folha de pagamento aos beneficiários do Município **não possui caráter de exclusividade** e deverá ser ofertada em regime de livre concorrência.

12.15.2. Vedação a Restrições: Fica expressamente vedada à Contratada qualquer prática que **impeça ou restrinja** o acesso dos servidores a operações de crédito ofertadas por outras instituições, em cumprimento à Circular DC/BACEN nº 3.522/2011 (ou norma sucedânea).

12.15.3. Submissão às Normas Municipais: A celebração de contratos de consignação com os servidores deverá observar a legislação municipal específica que rege a matéria e a prévia aprovação da **Procuradoria Geral do Município**, quando exigido.

Do Sigilo, Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

12.16. A contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer relatórios, documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços de processamento dos créditos dos



servidores municipais e estagiários, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Município a tais documentos ou arquivos.

12.17. A Instituição Financeira obriga-se a não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

13. Formas e Critérios de Seleção do Fornecedor

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1.1. A contratação será realizada por licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Maior Lance ou Oferta, nos termos do art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. Durante a fase de planejamento da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada pesquisa de preços com o objetivo de identificar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13.2. Justificativa Legal para a Modalidade e o Critério de Julgamento (Maior Outorga)

13.2.1. A modalidade de licitação adotada é o **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, em consonância com o Art. 29, *caput*, e Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, haja vista que os serviços de gerenciamento da folha de pagamento são caracterizados como **serviços comuns**. A classificação como comum é possível, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por rotinas e normas do Sistema Financeiro Nacional, expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

13.2.2. O critério de julgamento aplicável para a seleção da proposta mais vantajosa é o de **Maior Oferta de Preço (Outorga)**, conforme disposto no Art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.3. A adoção do critério de Maior Oferta justifica-se pelo fato de o interesse primário da Administração ser a obtenção da maior receita (contrapartida financeira) decorrente da exploração econômico-financeira do direito exclusivo de processar a folha de pagamento. Essa escolha maximiza o retorno financeiro ao Município, em nítida observância aos princípios da vantajosidade, da eficiência e do interesse público.

13.2.4. Tal opção encontra amparo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que entende que a adoção deste critério é admissível por atender ao relevante interesse público e funcionar como mecanismo concretizador da seleção da oferta mais vantajosa para a Administração (Acórdão TCU N.º 1940/2015 - Plenário, entre outros).

13.2.5. A licitação é aberta à participação de todas as instituições financeiras, sejam elas públicas, privadas e Cooperativas, desde que em pleno funcionamento.

13.2.5.1. Distinção de Conceitos: A possibilidade de participação de instituições privadas decorre da distinção jurídica e constitucional entre Disponibilidade de Caixa do ente federado e os recursos destinados ao pagamento de salários.

13.2.5.2. Caráter de Despesa Liquidada: Os valores repassados à Instituição Financeira a título de pagamento de remuneração, aposentadorias e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas não se confundem com disponibilidade de caixa (Art. 164, § 3º, da CF/88). Estes



valores já pertencem a terceiros (os servidores), possuindo natureza de despesa liquidada pelo Município.

13.2.5.3. Jurisprudência Consolidada: Conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no RE nº 444.056/MG, e ratificado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (Acórdão nº 3.042/2008 – Plenário), a prestação de serviço de administração da folha de pagamento por instituições financeiras privadas é lícita e constitucional, restando superada a questão de eventual obrigatoriedade de gestão exclusiva por bancos oficiais.

14. Condições de Habilitação Específica

14.1. Para fins de habilitação, a Licitante deverá satisfazer, além dos requisitos de Qualificação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, as seguintes condições específicas:

14.1.1. Atestado de Capacidade Técnica Operacional: Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a Licitante tenha prestado serviço similar de centralização e processamento de créditos de folha de pagamento;

14.1.2. Autorização de Funcionamento do BACEN: Ato ou documento comprobatório de Autorização de Funcionamento ou de Operação expedido pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

14.1.3. Declaração de Infraestrutura e Capilaridade: Declaração formal emitida pela Licitante de que:

14.1.3.1. Suas agências e caixas eletrônicos atuais possuem toda a infraestrutura necessária (incluindo mão de obra especializada, equipamentos, segurança e tecnologia) para o perfeito e imediato cumprimento do objeto contratual; **OU**

14.1.3.2. Compromete-se formalmente a promover a instalação e abertura do Ponto de Atendimento Bancário (PAB) ou Agência na Sede do Município, conforme as condições e o prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis** estabelecido na **subcláusula 12.2** deste Termo de Referência.

15. Da Formulação e Apresentação da Proposta

Da Proposta Inicial

15.1. A proposta de preço inicial será elaborada com base nas especificações contidas neste Termo de Referência e deverá conter os seguintes requisitos:

15.1.1. Descrição clara e concisa do objeto da licitação;

15.1.2. Valor da Outorga: Valor total em R\$ (reais), em algarismos e por extenso, que será repassado pela Licitante ao Contratante pela concessão da exclusividade.

Condição de Admissibilidade e Liquidez:

15.2. Valor Mínimo: O valor ofertado na proposta inicial não poderá ser inferior ao Preço Mínimo de Outorga estabelecido na Cláusula 3.2 deste Termo de Referência, sob pena de desclassificação imediata.

15.3. Liquidez: O valor ofertado na proposta e o valor final do lance devem ser líquidos e irretratáveis, representando a totalidade da contrapartida financeira do licitante. Não caberá à Contratada a retenção de qualquer parcela, percentual, imposto, taxa ou similar a qualquer título.



Incremento Mínimo de Lance:

15.4. Na fase competitiva, cada lance subsequente realizado deverá ser superior ao valor anteriormente ofertado em, no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Prazo de Validade:

15.5. O prazo de validade da proposta de preço e do lance final será de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, independentemente de declaração do licitante.

16. Obrigações da Contratada

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

16.2. A Instituição Financeira deverá manter permanentemente atualizado para efeito de pagamento e consulta, o cadastro dos servidores e seus representantes legais, quando for o caso.

16.3. É de responsabilidade da Instituição Financeira o bloqueio do cartão magnético, quando houver solicitação do titular ou de seu representante legal.

16.4. A Instituição Financeira deverá disponibilizar ao Município, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores.

16.5. A Instituição Financeira deverá, na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão os técnicos da Secretaria Municipal de Administração;

16.6. A Instituição Financeira deverá indicar, no ato da formalização do contrato, a agência centralizadora, para fins de cumprimento do exigido neste Termo de Referência.

16.7. Havendo alteração da agência centralizadora indicada, o fato deverá ser comunicado ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilizar a Instituição Financeira por perdas e danos decorrentes desta omissão.

16.8. Disponibilizar Central de Atendimento Telefônico para esclarecer dúvidas e resolver pendências bancárias dos servidores, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

16.9. Executar os serviços em absoluto sigilo, por seus prepostos, ficando, assim, vedada a divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do Município, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores municipais.

16.10. Comunicar ao Município, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o fechamento de qualquer de suas agências, bem como o interesse na abertura de novas agências, instalação de Caixas Eletrônicos no Município de Tapirái/MG, devendo observar a capilaridade exigida neste Termo de Referência.

16.11. A Instituição Financeira deverá garantir, manter e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao Município, de maneira competitiva no mercado.

16.12. A Instituição Financeira, quando necessário, deverá realizar todas as adaptações de seus softwares, necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do sistema de pagamento, sem ônus para a contratante.

16.13. A Instituição Financeira deverá manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no



prazo máximo de 30 (trinta) dias para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido.

16.14. A Instituição Financeira deverá solicitar a anuência do Município em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado, que impliquem em modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com o Município ou com seus servidores.

16.15. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Termo, sujeitando-se às sanções estabelecidas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

16.16. Responder, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

16.17. Comunicar ao CONTRATANTE por escrito quando forem verificadas situações inadequadas à prestação dos serviços.

16.18. Havendo a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, comunicar tal fato ao CONTRATANTE, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada.

16.19. Adotar os procedimentos previstos nas normas regulamentares expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

16.20. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura a ocasionar ao CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços.

16.21. Oferecer, sem qualquer custo, para todos os servidores municipais ativos e inativos, os serviços previstos na Resolução n.º 3.919, de 2010, do Banco Central do Brasil e suas alterações posteriores.

16.22. A Instituição Financeira deverá disponibilizar até o 5º dia útil do mês subsequente, relatórios analíticos e sintéticos, em meio digital, em caso de solicitação da PREFEITURA, contemplando toda situação referente aos pagamentos efetuados ou não aos servidores municipais, remunerados através do sistema informatizado disponibilizado.

16.23. Fornecer suporte técnico às atividades objeto do presente contrato, com pessoal de seus quadros, devidamente qualificado;

16.24. Manter, durante a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, informando ao Contratante a superveniência de qualquer ato ou fato que venha a modificar as condições iniciais de habilitação;

16.25. A Instituição Financeira deverá fornecer até 12 (doze) meses antes do final do contrato, toda e qualquer informação técnica necessária para subsidiar a próxima contratação;

17. Obrigações do Contratante

17.1. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e à Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:RP,2::>);



17.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.2. Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores, a serem observadas para a abertura de conta bancária (conta salário) na Instituição Financeira.

17.3. Depositar na conta a ser indicada o montante necessário, com antecedência de 24h (vinte e quatro horas), da data prevista para a realização da folha de pagamento dos servidores do Município.

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

17.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

18. Da Alteração Subjetiva

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. Da Gestão e Fiscalização do Contrato

19.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

19.2. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

19.3. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

19.5. A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

20. Do Pagamento

20.1. O pagamento será **efetuado pela Instituição Financeira** contratada em moeda corrente nacional da seguinte forma:



20.1.1. A contratada deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura e publicação do extrato do contrato, mediante ordem bancária creditada na conta do Município de Tapiraí/MG, na conta indicada pelo Município no Contrato;

20.1.2. Os pagamentos deverão ser depositados em conta corrente vinculada ao Município de Tapiraí/MG.

21. Das Sanções Administrativas

21.1. Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

21.2. Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

21.3. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VII e, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

22. Da Proteção de Dados Pessoais – Lei n.º 13.709/2018 – LGPD

22.1. Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ
Estado de Minas Gerais CNPJ nº 20.920.625/0001-89

Município de Tapiraí/MG	
Folhas	Rubrica

a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Tapiraí/MG, 21 de outubro de 2025.

Autoridade Competente:

Raquel Severina Resende
Chefe de Gabinete